

ISENÇÃO DE HORÁRIO DE TRABALHO

- 1.** Enquadramento: notas gerais sobre o regime de isenção de horário de trabalho
- 2.** Evolução do regime de isenção de horário de trabalho
 - 2.1.** Antecedentes da disciplina da isenção de horário de trabalho
 - 2.2.** Regime da Lei de Duração do Trabalho e questões associadas
 - 2.3.** Sentido geral do regime do Código do Trabalho (de 2003 a 2009): primeira abordagem
- 3.** Regime da isenção de horário de trabalho
 - 3.1.** A ambiguidade da designação
 - 3.2.** Âmbito de aplicação
 - 3.3.** Estabelecimento do regime de isenção de horário de trabalho
 - 3.4.** Intervenção da Administração do Trabalho
 - 3.5.** A diversificação de regimes
 - 3.6.** Articulação com o regime do trabalho suplementar
 - 3.7.** Isenção de horário de trabalho e limites temporais da prestação de trabalho
 - 3.8.** Subsídio de isenção de horário de trabalho
 - 3.9.** Cessação do regime de isenção de horário de trabalho
- 4.** Sentido geral do regime – regime geral e modalidades atípicas

Indicações de jurisprudência:

Acórdão do STJ de 24 de Fevereiro de 2010 (proc. 401/08.6TTVF.L1.S1) in www.dgsi.pt

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 6/2012 - DR, 1.ª série, n.º 121, de 25 de Junho de 2012

Acórdão do Supremo Tribunal de 25 de Novembro de 2014 (proc. 284/11.9TTTVD.L1.S1) in www.dgsi.pt

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 17 de Dezembro de 2014 (proc. 292/11.0TTSTRE.E1.S1) in www.dgsi.pt

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 24 de Fevereiro de 2015 (proc. 178/12.0TTCLD.L1.S1) in www.dgsi.pt

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 25 de Junho de 2015 (proc. 1109/11.0TTPRT.P1.S1) in www.dgsi.pt

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 2 de Dezembro de 2013 (proc. 396/12.1TTPRT.P1) in www.dgsi.pt

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 17 de Dezembro de 2014 (proc. 1109/11.0TTPRT.P1) in www.dgsi.pt

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 7 de Dezembro de 2005 (proc. 3790/2005-4) in www.dgsi.pt

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 20 de Fevereiro de 2008 (proc. 10489/2007-4) in www.dgsi.pt

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 9 de Abril de 2008 (proc. 318/2008-4) in www.dgsi.pt

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 21 de Setembro de 2011 (proc. 3125/08.0TTLSB.L1-4) in www.dgsi.pt

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 28 de Março de 2012 (proc. 1551/09.7TTLSB.L1-4) in www.dgsi.pt

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 10 de Outubro de 2012 (proc. 241/08.2TTLSB.L1-4) in www.dgsi.pt

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 18 de Junho de 2014 (proc. 2420/12.9TTLSB.L1-4) in www.dgsi.pt

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 24 de Setembro de 2014 (proc. 3703/05.0TTLSB.L1-4) in www.dgsi.pt

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 25 de Março de 2015 (proc. 5169/12.9TTLSB.L1-4) in www.dgsi.pt

Acórdão do Tribunal da Relação de Évora de 3 de Março de 2004 (proc. 2587/03-2) in www.dgsi.pt

Acórdão do Tribunal da Relação de Évora de 9 de Novembro de 2004 (proc. 1677/04-2) in www.dgsi.pt

Lisboa, 11 de Março de 2016,

António Nunes de Carvalho